

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

17/06/2026

Sumário

1. TCE-GO aprova contas de 2025 do governo estadual
2. Prefeitura de Goiânia capacita servidores para aprimorar processos de licitação
3. Goiânia reúne 230 servidores para aplicar a Nova Lei 14.133 e reduzir prazos nas licitações | Gazeta do Estado
4. Governo de São Paulo rompe contrato com empresa do IA Contra o Crime
5. TCE avalia déficit e aprova contas de 2025 da gestão Caiado

A REDAÇÃO - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
16/06/2026 22:51

TCE-GO aprova contas de 2025 do governo estadual

Visualizar notícia

Fonte original

São Paulo – O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) emitiu nesta terça-feira (16/6) parecer prévio favorável à aprovação das Contas Anuais do Governador, relativas ao exercício 2025. Segundo o relator, conselheiro Sebastião Tejota, o Estado manteve o cumprimento dos principais marcos de legalidade, responsabilidade fiscal e vinculações constitucionais, preservando sua capacidade de financiar políticas públicas e realizar investimentos em áreas estratégicas.

Ele anotou que “persistem desafios relacionados à governança financeira, à previdência, à gestão patrimonial, ao acompanhamento de convênios e à consolidação da Conta Única do Tesouro, temas que justificam determinações e recomendações”.

Após a abertura da sessão pelo presidente Helder Valin, o relator iniciou sua exposição apontando que “o exame das contas buscou verificar o cumprimento das normas constitucionais e legais, a observância dos limites fiscais, a execução das políticas públicas e a sustentabilidade das finanças e possui relevância singular por permitir avaliar, de forma abrangente, não apenas a regularidade fiscal e orçamentária, mas também a capacidade do Estado de transformar recursos públicos em ações, políticas e resultados concretos”.

Tendo em vista a extensão do relatório, o conselheiro Tejota fez uma síntese dos principais eixos de análise, destacando seus aspectos mais relevantes, com a exposição dos resultados, conclusões e encaminhamentos propostos. Ao final, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ele será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado (Alego), a quem cabe o julgamento definitivo.

Economia

Goiás teve um cenário econômico favorável em 2025, com crescimento estimado do PIB de 3,8%. A agropecuária foi o principal vetor desse crescimento, impulsionada pela produção de grãos. A indústria também cresceu, sustentada especialmente nos segmentos de transformação, construção civil, máquinas, veículos e produtos farmacêuticos. O Estado registrou exportações de US$ 13,4 bilhões e superávit comercial de US$ 8 bilhões, tendo a China permanecido como principal parceiro em exportações e importações. O mercado de trabalho apresentou desempenho expressivo, com 3,8 milhões de pessoas ocupadas e taxa de desemprego de apenas 3,9%.

Gestão de recursos

O parecer aponta que o maior volume de recursos se concentrou nas áreas de saúde, infraestrutura, educação, proteção social e segurança pública, evidenciando, ao relator, alinhamento entre a execução orçamentária e as prioridades estratégicas definidas pelo Estado. O orçamento dos programas governamentais alcançou R$ 48,4 bilhões.

A arrecadação estadual alcançou R$ 49,6 bilhões, mantendo trajetória de crescimento de 7,07% em relação a 2024. Segundo o relator, “a execução da despesa também foi ampliada de forma significativa, especialmente em investimentos públicos, refletindo esforço governamental de expansão da infraestrutura e fortalecimento da capacidade operacional do Estado.” Houve aumento expressivo das despesas em relação a 2024, na ordem de 25,32%, com destaque para os investimentos, que avançaram mais de 90%. Porém, “o resultado orçamentário deficitário não decorreu de desequilíbrio estrutural das contas públicas, mas principalmente da utilização de superávit acumulado em exercícios anteriores.”

A análise demonstrou que Goiás permaneceu em conformidade com os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal. A despesa com pessoal manteve-se abaixo dos limites legais, correspondendo a 50,07% da Receita Corrente Líquida Ajustada, e a dívida consolidada encerrou o exercício em R$ 15,18 bilhões, patamar inferior aos limites fixados pelo Senado.

Também foi verificado o cumprimento da aplicação mínima em educação e saúde determinada pela Constituição, ponto em que o parecer destaca a presença das emendas parlamentares no financiamento dessas áreas. “Tais recursos passaram a compor, em parte, a execução das políticas setoriais e exigem atenção especial quanto à rastreabilidade, à finalidade pública, à transparência e à conformidade com os entendimentos firmados pelo Supremo Tribunal Federal”.

Pontos de atenção

O relator alertou que, “apesar dos resultados positivos, permanecem desafios estruturais relacionados à previdência estadual, ao controle do crescimento das despesas obrigatórias e à necessidade de aperfeiçoamento da governança financeira. Especial atenção merece a temática da Conta Única, objeto de sucessivas manifestações desta Corte ao longo dos últimos exercícios e que ainda demanda providências efetivas para sua plena implementação”.

A gestão e o controle de convênios e instrumentos semelhantes no âmbito do Executivo foram destacados como ainda carentes de instrumentos que permitam maior clareza e controle, bem como a discussão sobre a instituição de quadro próprio de pessoal da Goiasprev, medida que pode contribuir para maior estabilidade institucional e fortalecimento da gestão previdenciária.

Monitoramento

O relator mencionou que o acompanhamento das determinações e recomendações expedidas pelo TCE-GO em exercícios anteriores demonstrou avanços relevantes. “Das seis determinações monitoradas, três foram integralmente cumpridas, duas parcialmente atendidas e uma permaneceu sem atendimento. Entre as recomendações, duas foram atendidas, uma parcialmente cumprida e uma não atendida.

Parecer em debate

Após a exposição, o procurador-geral de Contas, Fernando Carneiro, agradeceu ao relator por permitir ao Ministério Público de Contas (MPC) junto ao TCE-GO participar de diversas reuniões técnicas que antecederam a apresentação do parecer prévio.

O conselheiro Edson Ferrari contribuiu com o debate defendendo o aprofundamento das avaliações de políticas públicas pelos tribunais de contas e ações que assegurem o controle social. Ele afirmou que, no âmbito da atuação do controle externo, recomendações são conselhos técnicos dirigidos, ressaltando que recomendação de sua relatoria no exercício anterior, referente a contas ativas não contabilizadas, não tiveram resposta satisfatória.

Em seguida, o conselheiro Kennedy Trindade tratou do uso do superávit acumulado de exercícios anteriores, acatando as justificativas apresentadas, mas orientando ao acompanhamento, pois tal expediente “deve estar atrelado a investimento e quitação de passivos, jamais ao custeio continuado.” Ele ofereceu o reforço pedagógico de quatro pontos: sustentabilidade fiscal de médio prazo, atenção à previdência estadual, aprimoramento da governança de transferências e convênios e melhoria da mensuração de progresso das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em sua fala, o conselheiro Celmar Rech destacou a adesão de Goiás ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) em 2025, anotando que parte do montante economizado irá para um fundo de equalização fiscal que demanda aplicações específicas, incluindo investimentos em formação técnico-profissional. Em relação à questão da Conta Única, advertiu que a apreciação do parecer não pode ignorar a existência de lei relativa.

No mesmo sentido, o conselheiro Saulo Mesquita sugeriu que a determinação que trata da Conta Única deve ser convertida em recomendação por razões formais, o que foi acatado pelos demais. Saulo também alertou para que o aumento das despesas não se reflita em despesas constantes nos próximos exercícios e chamou atenção do controle para o aumento dos gastos com publicidade e propaganda.

A REDAÇÃO - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
16/06/2026 18:59

Prefeitura de Goiânia capacita servidores para aprimorar processos de licitação

Visualizar notícia

Fonte original

A Redação

Goiânia – O prefeito Sandro Mabel deu início à 1ª edição do Conecta – Licitar nesta terça-feira (16/6), no auditório da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB-GO). O programa de integração, inovação e fortalecimento da gestão pública promove palestras e painéis com juristas de destaque nacional sobre boas práticas e eficiência nos processos de compras e licitações públicas. O evento marca a abertura do curso de capacitação para 70 servidores que trabalham diretamente com compras e licitações.

Nesta edição, são abordados temas relativos à Nova Lei de Licitações (Lei 14.133), como inovação, governança e controle, segregação de funções, padronização de processos, eficiência e segurança jurídica. Com a participação de 230 servidores, o evento reúne representantes de todas as pastas da administração direta e indireta da Prefeitura de Goiânia.

O Conecta – Licitar é uma realização da Secretaria Municipal de Administração (Semad), da Escola de Governo Darci Accorsi e da Controladoria-Geral do Município (CGM) com parceria do Instituto de Direito Administrativo de Goiás (Idag).

“Os servidores ficaram muito satisfeitos e motivados para aprimorar e agilizar os processos. Uma licitação não pode demorar 10 meses, e reduzir os prazos sem perder qualidade e segurança é nossa meta. O mandato é muito pequeno — já com um ano e meio de mandato, não pude começar tudo que quero realizar, mas, com iniciativas como esta, tenho certeza de que podemos fazer uma prefeitura cada vez mais eficiente”, afirmou o prefeito.

Segundo o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Benjamin Zymler, presente no evento, a iniciativa é uma oportunidade para discutir as oportunidades de melhoria segundo a nova lei de licitações. “É uma lei complexa, com mais de 190 artigos, e que exige necessariamente a qualificação dos servidores. E esse é um processo contínuo que vai, eventualmente, melhorar a situação do planejamento e da governança das compras públicas no Brasil. O manejo da lei não é simples, por isso, essa oportunidade é muito bem-vinda”.

O controlador-geral do município, Juliano Bezerra, destacou a importância do evento. “É o primeiro que estamos fazendo, moderno e prático, com palestras de ministros do TCU, conselheiros de Goiás e procuradores de renome nacional. É o início de uma capacitação para que possamos avançar com mais celeridade e com mais eficiência nas contratações públicas da Prefeitura de Goiânia”, falou. “A gestão do prefeito Sandro Mabel promoveu avanços importantes na administração municipal. Entre as conquistas estão a elevação da nota Capag de C para A, a obtenção do Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública e um superávit superior a R$ 1 bilhão. Esses resultados passam pela qualificação dos servidores, um trabalho que queremos manter de forma permanente”, afirmou Juliano Bezerra.

O secretário Municipal de Desenvolvimento, Indústria, Agricultura e Serviços (Sedicas), Adonídio Neto Vieira Júnior, afirmou que a prefeitura está se preparando para todas as fases da lei. “Esse seminário para 230 servidores vai continuar com treinamento para 70 servidores. Acreditamos que, com isso, vamos melhorar a qualidade, diminuir diligências, e o mais importante, reduzir prazos sem perder segurança jurídica. O objetivo é garantir que o prefeito Sandro Mabel consiga entregar tudo que está no plano de governo com o menor custo e tempo possível”.

Operadores da nova Lei de Licitações

A secretária de Articulação Institucional e Captação (Secap), Danielle Gomes de Oliveira, explica que sua equipe trabalha licitando todas as obras prioritárias de Goiânia. “A maioria dos nossos

servidores são efetivos, acostumados a lidar com a lei de licitações anterior. Esse processo de formação é importante para trazer capacitação para a mudança para a nova lei".

A diretora administrativa da Sedicas, Larissa de Oliveira Paiva, tem como função gerir os processos de compra e licitação, desde a elaboração estratégica no início do processo até a conclusão do contrato. Ela afirma sobre suas expectativas para o evento: "Eu espero a melhor qualificação, o melhor aprendizado. Esse curso vai nos dar a oportunidade de nos preparar ainda melhor, com os mestres que estão aqui hoje".

A chefe da Advocacia Setorial da Sedicas, Ana Jaqueline Fonseca da Silva, afirma que o curso de aperfeiçoamento vai impactar o cidadão diretamente. "Quando o processo de licitação é feito de forma correta e quando o processo de licitação atinge o seu objetivo, o cidadão tem serviços públicos de maior qualidade".

Também participaram do evento o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Weder de Oliveira, doutor e mestre em Direito pela USP e especialista em Administração Pública, Controle Externo, Orçamento e Finanças; Heloísa Helena Antonaccio Monteiro, conselheira substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), mestre em Administração Pública, Políticas Públicas e Gestão Governamental (IDP) e presidente do IDAG; Raquel Melo Urbano de Carvalho, procuradora do Estado de Minas Gerais, mestre em Direito Administrativo pela UFMG e referência nacional em Licitações e Gestão Pública.

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
16/06/2026 17:46

Goiânia reúne 230 servidores para aplicar a Nova Lei 14.133 e reduzir prazos nas licitações | Gazeta do Estado

Visualizar notícia

Fonte original

O prefeito Sandro Mabel abriu nesta terça-feira (16/6), no auditório da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB-GO), a 1ª edição do Conecta – Licitar, programa voltado à integração, inovação e fortalecimento da gestão pública em compras e contratações. A iniciativa promove palestras e painéis com juristas de destaque nacional sobre boas práticas e eficiência nos processos de compras e licitações públicas, e marca a abertura de um curso de capacitação destinado a 70 servidores que atuam diretamente na área.

A programação aborda conteúdos da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133), como inovação, governança e controle, segregação de funções, padronização de processos, eficiência e segurança jurídica. O evento reúne 230 servidores de todas as pastas da administração direta e indireta da Prefeitura de Goiânia.

O Conecta – Licitar é uma realização da Secretaria Municipal de Administração (Semad), da Escola de Governo Darci Accorsi e da Controladoria-Geral do Município (CGM), em parceria com o Instituto de Direito Administrativo de Goiás (Idag).

“Os servidores ficaram muito satisfeitos e motivados para aprimorar e agilizar os processos. Uma licitação não pode demorar 10 meses, e reduzir os prazos sem perder qualidade e segurança é nossa meta. O mandato é muito pequeno — já com um ano e meio de mandato, não pude começar tudo que quero realizar, mas, com iniciativas como esta, tenho certeza de que podemos fazer uma prefeitura cada vez mais eficiente”, afirmou o prefeito Sandro Mabel.

Para o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Benjamin Zymler, presente ao evento, a iniciativa é oportunidade para discutir melhorias à luz da nova legislação. “É uma lei complexa, com mais de 190 artigos, e que exige necessariamente a qualificação dos servidores. E esse é um processo contínuo que vai, eventualmente, melhorar a situação do planejamento e da governança das compras públicas no Brasil. O manejo da lei não é simples, por isso, essa oportunidade é muito bem-vinda”.

O controlador-geral do município, Juliano Bezerra, destacou o caráter prático do encontro. “É o primeiro que estamos fazendo, moderno e prático, com palestras de ministros do TCU, conselheiros de Goiás e procuradores de renome nacional. É o início de uma capacitação para que possamos avançar com mais celeridade e com mais eficiência nas contratações públicas da Prefeitura de Goiânia”. Ele citou resultados da atual gestão, como a elevação da nota Capag de C para A, a conquista do Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública e superávit superior a R$ 1 bilhão, atribuindo os avanços à qualificação dos servidores.

O secretário municipal de Desenvolvimento, Indústria, Agricultura e Serviços (Sedicas), Adonídio Neto Vieira Júnior, afirmou que a prefeitura se prepara para todas as fases da lei. “Esse seminário para 230 servidores vai continuar com treinamento para 70 servidores. Acreditamos que, com isso, vamos melhorar a qualidade, diminuir diligências e, o mais importante, reduzir prazos sem perder segurança jurídica. O objetivo é garantir que o prefeito Sandro Mabel consiga entregar tudo que está no plano de governo com o menor custo e tempo possível”.

Entre os operadores da nova lei, a secretária de Articulação Institucional e Captação (Secap), Danielle Gomes de Oliveira, explicou que sua equipe trabalha nas licitações das obras prioritárias do município e que a formação é essencial para a transição da legislação anterior. A diretora administrativa da Sedicas, Larissa de Oliveira Paiva, responsável pela gestão dos processos de compra do planejamento à conclusão dos contratos, afirmou esperar “a melhor qualificação, o melhor aprendizado”, destacando a presença de especialistas. Já a chefe da Advocacia Setorial da Sedicas, Ana Jaqueline Fonseca da Silva, avaliou que o aperfeiçoamento “impacta diretamente o cidadão”, ao assegurar serviços públicos de maior qualidade.

Também participaram do evento o ministro do TCU Weder de Oliveira, doutor e mestre em Direito pela USP e especialista em Administração Pública, Controle Externo, Orçamento e Finanças; Heloísa Helena Antonaccio Monteiro, conselheira substituta do TCE-GO, mestre em Administração Pública, Políticas Públicas e Gestão Governamental (IDP) e presidente do Idag; e Raquel Melo Urbano de Carvalho, procuradora do Estado de Minas Gerais, mestre em Direito Administrativo pela UFMG e referência nacional em licitações e gestão pública.

Foto: Alex Malheiros

Secretaria Municipal de Comunicação (Secom) — Prefeitura de Goiânia

Fonte: Prefeitura de Goiânia

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
17/06/2026 02:10

Governo de São Paulo rompe contrato com empresa do IA Contra o Crime

Visualizar notícia

Fonte original

Parceria com dispensa de licitação, mesmo modelo feito em Goiás, é rompida após apuração do TCE-SP e ação da oposição na Alesp; partes dizem reavaliar técnica e operações

Centro de operações do programa de IA na segurança, em Goiás: modelagem é a mesma realizada em São Paulo (Wildes Barbosa / O Popular)

ouvir matéria
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) rescindiu o contrato de parceria com a Paladium Corp Desenvolvimento de Tecnologia para ampliação do programa Muralha Paulista, em meio a apuração por parte do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP). O modelo de parceria feito em São Paulo, com dispensas de licitação, é o mesmo adotado em Goiás, também com a Paladium, para expansão do programa IA Contra o Crime , como mostrou o POPULAR na última sexta-feira (12).

A estatal goiana Goiás Tecnologia (GOtech), que fechou parceria com a Paladium no mês passado, afirmou que não há nenhuma mudança nos planos sobre o ajuste feito por aqui. Em Goiás, Ministério Público (MP-GO) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) também apuram denúncias sobre o modelo de contratação

No início deste mês, o TCE-SP pediu esclarecimentos à gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sobre a parceria com a Paladium, rebatizada recentemente de Pax. A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo contratou a Prodesp, sem licitação, para tocar o programa no valor de R$ 475 milhões, e a estatal, por sua vez, contratou diretamente a Paladium.

Ao apontar questionamentos ao governo, o conselheiro do TCE-SP Dimas Ramalho afirmou que "pode-se cogitar que a empresa pública atuará como mera intermediária de negócios, conferindo, ilegitimamente, ao parceiro privado as vantagens próprias do Regime de Direito Público em função de sua parceria com ente da Administração Indireta".

O caso também vem sendo explorado pela oposição ao governo na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), inclusive com pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) protocolado pelo deputado Antônio Donato (PT) na última quinta-feira (11).

O termo da rescisão amigável afirma que as partes "decidiram reavaliar a modelagem técnica e operacional inicialmente existentes, concluindo, de forma consensual, pelo não prosseguimento da parceria neste momento". O documento também diz que a parceria estava em fase inicial de execução, sem que tenha havido transferência de recursos.

"As partes reconheceram que a rescisão amigável se mostra medida mais adequada à preservação da racionalidade administrativa, da segurança jurídica da relação contratual e da boa gestão dos recursos públicos, evitando a constituição de obrigações futuras desnecessárias ou potencialmente onerosas", diz a justificativa do termo.

Em nota, a Pax afirmou que a rescisão é decorrente de decisão anterior, do fim de maio, quando o governo paulista suspendeu o contrato da SSP com a Prodesp "por razões de ordem técnica, relacionadas à insuficiência do prazo atual para a realização de análise completa e adequação dos pontos de distribuição dos equipamentos".

"Como a suspensão não tem prazo para retomada, Prodesp e Pax optaram por rescindir em conjunto a parceria", diz a empresa. A nota afirma que a Pax esclareceu todos os pontos levantados pelo TCE-SP e informou ao órgão de controle a rescisão da parceria. "A parceria estratégica entre uma empresa estatal e uma empresa privada está prevista na Lei das Estatais que regula esse tipo de contrato e é um modelo rotineiramente empregado por estados e

entidades federais", finaliza.

Em Goiás, o primeiro contrato com a Paladium/Pax foi assinado em novembro, no valor de R$ 35 milhões, após licitação da Secretaria-Geral de Governo (SGG). Já no projeto de ampliação do programa, a SGG contratou a GOtech por R$ 304 milhões este mês, enquanto a estatal fechou a parceria com a Pax. O valor e os termos do contrato com a iniciativa privada não foram divulgados pelo governo, sob alegação de cláusulas de confidencialidade.

No Paraná, também houve medida do TCE para suspender licitação de R$ 580 milhões para a expansão do Olho Vivo, programa iniciado em 2022 e que também teve a participação da Paladium desde o ano passado. O conselheiro Fernando Guimarães apontou fragilidades no processo, incluindo governança do tratamento de dados pessoais sensíveis e risco de sobrepreço.

Os órgãos de controle apuram possível burla ao processo licitatório, suspeitas de favorecimento e dúvidas sobre comprovação de capacidade técnica e operacional da Pax.

Os programas dos três estados tratam de implantação de câmeras com inteligência artificial para ajudar na identificação de criminosos e no esclarecimento de crimes.

A Paladium começou a atuar em Goiás no primeiro semestre de 2025, com programa piloto no Entorno do Distrito Federal e sem qualquer ato formal com o Estado. O contrato de novembro estabelecia o funcionamento do programa em nove localidades - cidades do Entorno, a região da 44 em Goiânia, e a cidade de Goiás.

Já a previsão da nova parceria é ampliar o programa a 194 cidades, com 4,4 mil câmeras.

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
17/06/2026 02:06

TCE avalia déficit e aprova contas de 2025 da gestão Caiado

Visualizar notícia

Fonte original

Parecer prévio favorável ao último ano da administração do ex-governador foi aprovado por unanimidade, apesar do registro de déficit primário de R$ 4,45 bilhões

Conselheiro Sebastião Tejota, relator: resultado das contas do Estado em 2025 não representa “desequilíbrio estrutural” (Wildes Barbosa/O Popular)

ouvir matéria
O plenário do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou nesta terça-feira (16), por unanimidade, as contas da gestão do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD), no fechamento do último ano de 2025. A corte emitiu parecer prévio favorável aos dados, apesar do registro de déficit primário de R$ 4,45 bilhões . Para o relator, conselheiro Sebastião Tejota, o resultado não representa "desequilíbrio estrutural".

O relatório aprovado pelos conselheiros será encaminhado para deliberação da Assembleia Legislativa (Alego) e aponta que o estado manteve o cumprimento dos principais marcos de legalidade, responsabilidade fiscal e vinculações constitucionais, preservando sua capacidade de financiar políticas públicas e realizar investimentos em áreas estratégicas. Diretamente sobre o déficit, o relator admite os argumentos da gestão, relativos ao aumento de despesas com recursos acumulados desde 2019.

A arrecadação estadual chegou a R$ 49,6 bilhões, com crescimento de 7,07% em relação a 2024. Segundo Sebastião Tejota, "a execução da despesa também foi ampliada de forma significativa, especialmente em investimentos públicos, refletindo esforço governamental de expansão da infraestrutura e fortalecimento da capacidade operacional do Estado". As despesas subiram R$ 25,32% em relação a 2024, sendo que os investimentos avançaram mais de 90%.

"O resultado orçamentário deficitário não decorreu de desequilíbrio estrutural das contas públicas, mas principalmente da utilização de superávit acumulado em exercícios anteriores", defendeu o relator.

O documento aprovado pelo TCE alertou que, "apesar dos resultados positivos, permanecem desafios estruturais relacionados à previdência estadual, ao controle do crescimento das despesas obrigatórias e à necessidade de aperfeiçoamento da governança financeira". O texto aponta necessidade de "atenção" a gestão da Conta Única do governo , que tem sido objeto de "sucessivas manifestações desta Corte ao longo dos últimos exercícios e que ainda demanda providências efetivas para sua plena implementação".

O Tribunal ainda define que a gestão de convênios e outros instrumentos semelhantes para parcerias no âmbito do Executivo, como os novos formatos instituídos para realização de obras com recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra), ainda carecem de instrumentos que permitam maior clareza e controle. Outra observação demanda a instituição do quadro próprio de pessoal da Goiasprev, que pode contribuir para maior estabilidade institucional e fortalecimento da gestão previdenciária.

O relator citou que o governo cumpriu três das seis determinações do TCE em exercícios anteriores, enquanto duas foram parcialmente atendidas e uma ficou sem atendimento. Das recomendações, duas foram atendidas, uma parcialmente cumprida e outra não atendida.

A análise demonstrou que Goiás permaneceu em conformidade com os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A despesa com pessoal ficou abaixo dos limites legais,

correspondendo a 50,07% da Receita Corrente Líquida Ajustada, e a dívida consolidada encerrou o exercício em R$ 15,18 bilhões, dentro dos limites fixados pelo Senado.